

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Fachin e a ética da conveniência



As quase 12 horas da sabatina a que Luiz Edson Fachin foi submetido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado demonstraram, acima de qualquer dúvida, que a presidente Dilma Rousseff indicou para substituir Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF) um competente advogado capaz de, em magnífica performance, defender a si mesmo de si próprio. Fachin conseguiu convencer 20 dos 27 membros da CCJ de que não tem relevância o fato de um fundamentado parecer da Consultoria Jurídica do Senado haver demonstrado que, ao exercer a advocacia privada mesmo depois de ter se tornado procurador de Justiça do Paraná em 1990, ele violou a Constituição estadual. Desse modo, perdeu a qualidade de ilibada reputação exigida pela Constituição Federal de todos os membros do STF.

A aprovação de sua indicação na CCJ foi uma decisão política de senadores dispostos a se deixarem convencer pelas explicações do candidato. Fachin atribuiu seu entusiasmo pelas transgressões do MST, sua simpatia pelo predomínio da “função social” da propriedade, sua identificação com o PT e outras manifestações de engajado “progressismo” que ilustram sua biografia ao fato de que “nem sempre acertamos” quando “tomamos caminhos, fazemos reflexões”.

Resta saber se a conveniente auto-crítica perante a CCJ significa que o advogado habilidoso será capaz de se tornar um juiz imparcial na Suprema Corte. Infelizmente, não dá para acreditar nisso. A razão mais objetiva para a dúvida é a encenação montada para seu desempenho no Senado. Foi um minucioso trabalho de marketing político que envolveu, além das visitas

protocolares do candidato a praticamente todos os senadores e a políticos com influência sobre eles, um amplo trabalho de divulgação da imagem e do “verdadeiro pensamento” de Fachin nas redes sociais, além de intenso treinamento, orientado por especialistas, envolvendo postura, tom e conteúdo das respostas a todas as perguntas delicadas que, sabia-se de antemão, lhe seriam feitas.

Fachin soube aliar a toda essa preparação uma inegável capacidade de comunicação e persuasão. Jamais elevou o tom de voz ou demonstrou incômodo ou irritação com interpelações impertinentes. Quando cabia, como foi o caso durante a leitura de seu depoimento de abertura, demonstrou emoção e voz embargada ao falar de seus pais. Soube, assim, na medida do possível, desarmar os espíritos e favorecer um clima quase sereno durante toda a sessão.

Uma coisa, porém, é a forma. Outra, o conteúdo. Por exemplo, questionado sobre restrições ao direito de propriedade, Fachin saiu pela tangente respondendo não o que pensa, mas o que prevê a Constituição: “O sistema a que nós devemos obediência no Brasil é aquele que prevê a propriedade como um direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva”. Sobre invasões de terra, prática habitual do MST, garantiu, sem nomeá-los, que “esses movimentos sociais que se deturparam, obviamente, são movimentos sociais que merecem o rechaço da ordem jurídica”. Precisa dizer isso a seu amigo João Pedro Stédile.

Preocupado em evitar radicalizações e alinhar-se ao senso comum, Fachin defendeu a família “como base da sociedade”; condenou o aborto a partir de uma “posição pessoal de cristão, humanista”. E fez média com os parlamentares ao tratar do financiamento eleitoral: “Com todo o respeito à Corte Suprema: há certas circunstâncias

em que o Supremo não deve atravessar a rua e, portanto, manter-se no lugar e dar primazia ao Parlamento”.

Recorreu à generalização para explicar seu “progressismo”: “Me considero alinhado com pessoas que querem o progresso do País, sou progressista nesse sentido, mas preservando direitos e os interesses privados, as liberdades individuais”. Quem pode discordar?

Para reforçar a garantia de que como magistrado não se pautará pelas controvertidas ideias que sempre defendeu, Fachin citou o sociólogo alemão Max Webber, que distinguiu a “ética da convicção” da “ética da responsabilidade”, para afirmar que esta última é que vai inspirar suas decisões, caso se torne ministro do STF. Fica no ar, contudo, a suspeita de que Luiz Edson Fachin fez, na verdade, uma opção pela “ética da conveniência” – com o aplauso da maioria da CCJ.

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

PMDB deixa em aberto voto por Fachin

Para não contrariar Renan, resistente ao nome indicado por Dilma, líder alega que votação secreta torna encaminhamento desnecessário

Isadora Peron
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

A bancada do PMDB do Senado não vai orientar voto a favor ou contrário à indicação do jurista Luiz Fachin a ao Supremo Tribunal Federal. Oficialmente, o discurso do líder do partido, Eunício Oliveira (CE), é de que não há como encaminhar uma posição por se tratar de votação secreta. Nos bastidores, porém, a medida foi vista como uma forma de não contrariar em público o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que nunca escondeu o descontentamento em relação à escolha da presidente Dilma Rousseff.

“O voto é secreto, não há como fazer encaminhamento oficial da liderança”, afirmou Eunício. No entanto, o líder do PMDB disse ter considerado muito bom o desempenho de Fachin na sabatina de terça-feira, por ter respondido a todos os questionamentos. Na sessão da CCJ, senadores importantes da sigla, como o ex-líder do governo Romero Jucá (RR) e o ex-ministro Garibaldi Alves (RN), declararam que votariam pela aprovação do indicado ao STF.

Ontem, mesmo após apelos de senadores da base, Renan manteve a posição de só levar o nome de Fachin a plenário na terça-feira. O presidente do Senado alegou ter fixado a data para mostrar “neutralidade” em relação ao tema.

“Marcamos para terça-feira exatamente para desfazer qualquer conotação em relação à condução do presidente. Porque se você improvisa, se você

votar a qualquer hora, qualquer dia, vai sempre aparecer alguém que vai dizer: votou hoje para administrar um quórum menor. Ou que votou antecipadamente para utilizar um quórum maior”, afirmou Renan.

Outros partidos. Além do PMDB, que conta com 17 senadores, outros partidos da base, como PDT e PP, decidiram não fechar questão sobre o assunto.

A liderança do PSB também não encaminhou nenhuma posição. Na oposição, o PSDB tem declarado ser contra o nome de Fachin, mas liberou o senador Álvaro Dias (PR) para fazer campanha pelo jurista – Fachin é gaúcho, mas fez carreira no Estado do tucano. A única bancada que declarou apoio em peso ao indicado de Dilma é o PT.

Otimismo. Após a sabatina, o governo está otimista com a aprovação em plenário de Fachin. O placar de 20 a 7 favorável ao jurista na CCJ foi considerado “muito bom” e a expectativa, neste momento, é de que a proporcionalidade se repita em plenário, embora o governo esteja ciente das dificuldades.

Apesar de alguns assessores palacianos considerarem que teria sido melhor que a votação em plenário tivesse ocorrido ainda nesta semana, parte da equipe do Planalto acredita que o prazo até terça-feira será benéfico para “vencer resistências” que por acaso ainda existam entre os aliados. Dilma, segundo auxiliares, ficou “satisfeita”

com o resultado da sabatina e agora aguarda os números do plenário, na semana que vem.

Ao falar do que se espera para a votação em plenário, assessores palacianos lembraram o processo envolvendo o ministro Gilmar Mendes, que obteve uma das menores margens de aprovação na CCJ do Senado – 16 favoráveis e 6 contrários –, mas foi aprovado em plenário e está no Supremo até hoje.

A avaliação no Planalto é de que Fachin foi “muito bem” na sabatina, apresentou suas posições e elas foram bem recebidas pelos parlamentares. Temas polêmicos, como a visão do jurista sobre a propriedade privada, as invasões de terra e o conceito de família, não ficaram sem resposta, assim como o suposto vínculo partidário do jurista, que declarou voto em Dilma em 2010. Agora, avaliam esses assessores, o trabalho individual com senadores mais resistentes teria ficado mais fácil.

●Pra quê?

“O voto é secreto, não há como fazer encaminhamento oficial da liderança”
Eunício Oliveira (CE)

LÍDER DO PMDB NO SENADO, SOBRE VOTAÇÃO PREVISTA PARA TERÇA-FEIRA

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Ministros elogiam desempenho em sabatina

Beatriz Bulla | BRASÍLIA

Ministros do Supremo Tribunal Federal comemoraram a aprovação do nome de Luiz Edson Fachin na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Para o ministro Marco Aurélio Mello, o jurista “saiu maior do que entrou” da sabatina, que durou quase 11 horas.

“É um grande quadro para o Supremo e que não pode ser utilizado como instrumento para retaliar o Poder Executivo, que o indicou”, afirmou o ministro. No último mês, senadores da oposição e também peemedebistas demonstraram resistência na aprovação do nome de Fachin, em mais um movimento de desgaste da relação com o Palácio do Planalto.

O ministro Luís Roberto Barroso, também indicado para o Supremo pela presidente Dilma Rousseff e que passou pela sabatina em 2013, afirmou que as “circunstâncias políticas” tornaram o processo de aprovação de Fachin mais tenso. “Ele se saiu muito bem, demonstrando que é uma pessoa qualificada intelectualmente, decente do ponto de vista moral. Foi um bom dia para o Senado. E foi bom para o País pela aprovação de um bom nome para o Supremo”, disse o ministro.

Conjuntura. Segundo Barroso, as resistências enfrentadas por Fachin, que teve 20 votos favoráveis e 7 contrários, estão relacionadas “mais com uma conjuntura do País do que com a qualificação do professor Fachin, que é inequívoca”.

Marco Aurélio Mello voltou a criticar a demora para a escolha do substituto do ex-ministro Joaquim Barbosa, que anunciou que se aposentaria há quase um ano e deixou a Corte no final de julho do ano passado.

“A demora é enorme e penso que a indicação deveria ter ocorrido antes mesmo das eleições”, afirmou o ministro.

Para o decano do Supremo, ministro Celso de Mello, Fachin “tem alta qualificação profissional” e será um grande juiz do STF. O ministro também é um dos críticos da demora na escolha do 11.º integrante da Corte.

A indicação de Fachin pelo Planalto foi oficializada há um mês. Agora, depois de passar pela sabatina na CCJ, a indicação de Fachin precisa ser aprovada pelo plenário do Senado, em votação secreta, prevista para a próxima semana.

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça proíbe corte de ponto de professor

Luiz Fernando Toledo
Paula Felix

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu ontem por 17 votos a 6 que o governo de São Paulo não pode cortar o ponto dos professores em greve no Estado. No mesmo dia, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) reforçou promessas de melhoria aos docentes temporários para dar fim à greve, que hoje completa dois meses.

A multa diária por descumprimento da decisão do TJ-SP é de R\$ 10 mil. Os docentes tiveram os primeiros descontos no holerite de maio. O governo informou que não foi notificado pelo tribunal, mas que vai recorrer.

A ação havia sido movida em março pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). O governo havia conseguido no dia 1.º de abril uma decisão liminar que o autorizava a fazer os descontos.

Temporários. Em reunião realizada na manhã de ontem entre a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Apeoesp, o governo informou que enviará, em até 30 dias, projeto de lei que estende o atendimento médico de saúde dos servidores públicos (Iamspe) aos professores temporários. A SEE sinalizou ainda que deve aumentar o tempo de contrato dessa categoria para três anos – hoje, eles precisam se afastar das aulas por praticamente um ano, após um ano de trabalho. Apesar da proposta, a SEE não falou sobre reajuste e, em nota, apenas ressaltou que “mantém a política salarial e que a data-base da categoria é em 1.º de julho”.

A presidente da Apeoesp, Maria Izabel Noronha, criticou o resultado da reunião. “Positiva para mim seria ter saído com o

índice (do reajuste)”, disse. Os professores farão nova assembleia para discutir a continuidade da greve nesta sexta-feira, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp).

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

OAS nega a juiz cópias de contratos com consultoria de José Dirceu

Defesa de construtora alega que Sérgio Moro usou documentos para decretar 'injustamente' a prisão de seus dirigentes

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Julia Affonso

Fausto Macedo

A Construtora OAS, suspeita de ter feito parte do cartel de empreiteiras que assumiu o controle de contratos bilionários na Petrobrás, decidiu não mais entregar à Justiça Federal cópias de contratos firmados com a JD Assessoria e Consultoria, empresa do ex-ministro José Dirceu – que ocupou a Casa Civil no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por meio de seus advogados, a OAS argumentou que irá repassar os documentos sob condição – que o juiz Sérgio Moro, condutor das ações criminais da Operação Lava Jato, não volte a decretar “medidas pessoais injustas em desfavor de terceiros”, no caso, os executivos da empreiteira.

Segundo a OAS, “em atitude pretérita” o magistrado decretou “injustamente” a prisão de seus dirigentes. A petição ao juiz é subscrita pelos criminalistas Roberto Lopes Telhada, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Edward Rocha de Carvalho, constituídos pela empreiteira.

Eles destacam que “a empresa se reserva o direito de não apresentar os papéis, resguardado, sempre, o respeito que se devota ao Poder Judiciário e eventual garantia de vossa excelência no sentido de que tais atitudes pretéritas em desfavor de terceiros não se repitam e a apresentação não acarrete medidas cautelares pessoais injustas”.

A JD Assessoria e Consultoria, controlada pelo ex-ministro e um irmão dele, firmou contratos com algumas empreiteiras que supostamente integraram o cartel.

A força-tarefa da Operação Lava Jato suspeita que os contratos tenham sido usados para “disfarçar” pagamentos de propinas a políticos, inclusive para o próprio José Dirceu.

No dia 24 de março, o juiz Moro havia mandado intimar a OAS a prestar esclarecimentos sobre os contratos da empresa de consultoria do ex-ministro com a empreiteira. “O resultado da quebra apontou o pagamento de expressivos valores à empresa JD pela OAS ou por suas empresas subsidiárias ou ligadas” escreveu Moro, em parecer.

O prazo inicial para a OAS prestar os esclarecimentos era de 10 dias. Em 16 de abril, o juiz deu cinco dias adicionais. A resposta da empreiteira, na qual ela se recusa a entregar toda a documentação, é datada de 11 de maio. A OAS sustenta que “quanto ao restante das informações, tendo em vista a atitude pretérita desse Juízo de determinar a apresentação delas e as utilizar para decretação injusta de prisão de particulares (...) a empresa se reserva o direito de não as apresentar”.

Mendes Jr. Em Curitiba, o ex-vice-presidente da Mendes Júnior Sérgio Cunha Mendes disse em interrogatório na Justiça Federal do Paraná que a empresa pagou R\$ 8 milhões ao doleiro Alberto Youssef. O empreiteiro contou que os pagamentos parcelados foram feitos em contratos frios firmados com as empresas de fachada do doleiro GFD Investimentos e Empreiteira Rigidez. O executivo classificou o pagamento como extorsão, em depoimento na segunda-feira.

Segundo Sérgio Mendes, que cumpre prisão domiciliar, o dinheiro foi pedido por Youssef durante uma reunião na sede da Mendes Júnior em São Paulo. O doleiro teria entrado em contato com ele após um pedido do ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

“Mais que um pedido, (houve) uma espécie de pressão”, afirmou Sérgio Mendes.

Procuradas ontem, as defesas de Costa e Youssef não comentaram o depoimento.

Prospecção de negócios

A assessoria de José Dirceu informou que não cabe a ele comentar a decisão da OAS e reafirmou que “o contrato não teve vínculo com a Petrobrás e tinha o propósito de prospectar negócios no exterior”.

14 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Procurador acusa juiz de atrapalhar a Zelotes

Segundo procurador federal, Justiça recusou 26 pedidos de prisão preventiva e de quebra de sigilo bancário, tornando mais difícil a investigação

Nivaldo Souza / BRASÍLIA

O procurador federal Frederico de Carvalho Paiva expôs ontem o embate, até então nos bastidores, entre o Ministério Público e a Justiça no âmbito da Operação Zelotes, deflagrada em março pela Polícia Federal para apurar crimes praticados por empresas e pessoas físicas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf).

A falta de sintonia teria prejudicado a costura de acordos de delação premiada e a consolidação de provas, segundo o procurador do 6.º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal. Ele espera conseguir delações após apresentação das primeiras denúncias, previstas para junho e julho. "Pode ser que depois da denúncia a gente feche uma delação", disse.

A perspectiva modesta e as críticas ao Judiciário ocorreram em audiência pública na Câmara dos Deputados, onde Paiva disse que foram recusados 26 pedidos de prisão preventiva e quebras de sigilos telefônicos solicitados à 10.ª Vara Federal. A recusa teria sido, segundo ele, executada pelo juiz Ricardo Leite. "Isso atrapalhou a investigação e não vamos conseguir avançar 10% do que foi praticado no Carf", lamentou.

A Zelotes investiga esquema de corrupção envolvendo R\$ 19,6 bilhões em impostos e tributos não cobrados a partir de decisões compradas junto a integrantes do Carf por cerca de 60 empresas. O procurador confia que, desse total, serão recuperados apenas R\$ 5 bilhões de 15 a 20 empresas, cujos "indí-

cios mais fortes, veementes" podem sustentar processos consistentes. "Muita coisa não tem mais prova", relatou.

Paiva relatou que o esquema envolvia escritórios de advocacia e consultorias de fachada que prestam serviços "legalizado" por contratos, por meio dos quais recebiam propina para influenciar nas decisões do Carf. "É um esquema de corrupção privado. Era tão secreto que os políticos não descobriram. Ficava entre eles (integrantes do Carf e lobistas), para não partilhar nada", disse.

Lava Jato. Ele observou que a Zelotes poderia seguir os passos da Operação Lava Jato, que investiga corrupção na Petrobrás, firmando delação com empresários, funcionários de empresas e lobistas envolvidas no esquema identificado pela primeira vez em 2004, na Operação Anfíbio, que não avançou também por dificuldades em obter autorizações da Justiça para aprofundar as investigações.

"A Operação Anfíbio ocorreu em 2004 e até hoje ninguém foi ouvido. Chama a atenção a impunidade. Não é à toa que essas pessoas (citadas em 2004) continuaram fazendo consultoria no Carf." O procurador considerou que os recuos do Judiciário impediram o desempenho da investigação no Carf. "Não quero comparar a Zelotes com a Lava Jato, mas é preciso que haja uma acolhida melhor da Zelotes pelo Judiciário."

As decisões contrária do juiz Leite, estariam, segundo Paiva, até impedindo que outros procuradores sejam destinados para a Zelotes. Paiva trabalha com dois auxiliares. "A Lava Jato tem mais gente porque

os pedidos estão sendo deferidos (pela Justiça do Paraná)", disse. "Não é que não estou tendo respaldo (do Judiciário), mas até agora não surgiu delação premiada porque as medidas investigatórias não estão sendo deferidas e as pessoas não estão preocupadas." O Estado tentou contato com o juiz Ricardo Leite em seu gabinete e por e-mail, mas não obteve retorno.

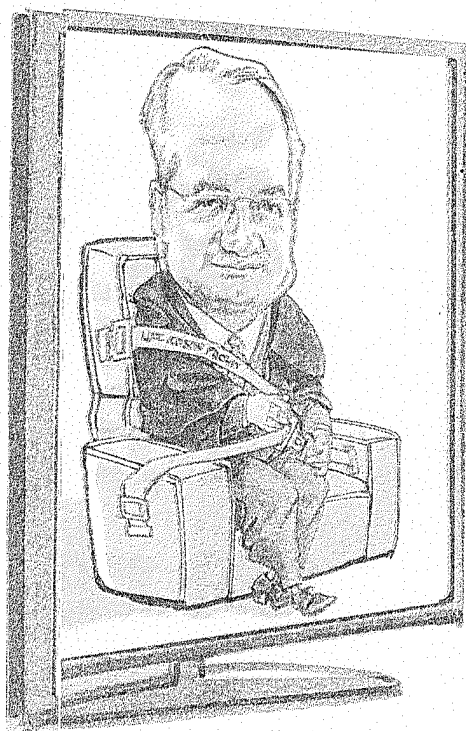
Rombo bilionário

A Operação Zelotes investiga processos de 74 contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que podem ter sido favorecidos no esquema de corrupção do Conselho de Recurso Administrativo Fiscais (Carf), uma espécie de "tribunal" da Receita Federal. Esses casos discutem débitos de R\$ 19 bilhões com o fisco. A Polícia Federal afirma que o grupo investigado atuava para reverter ou anular as multas da Receita no Carf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, subornando os conselheiros. Os casos em apuração envolvem suposta venda de pedidos de vista, pareceres de admissibilidade e até inclusão ou retirada de processos da pauta de julgamentos. As investigações da Operação Zelotes começaram em 2013 e abarcam processos em tramitação no período de 2005 a 2015.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

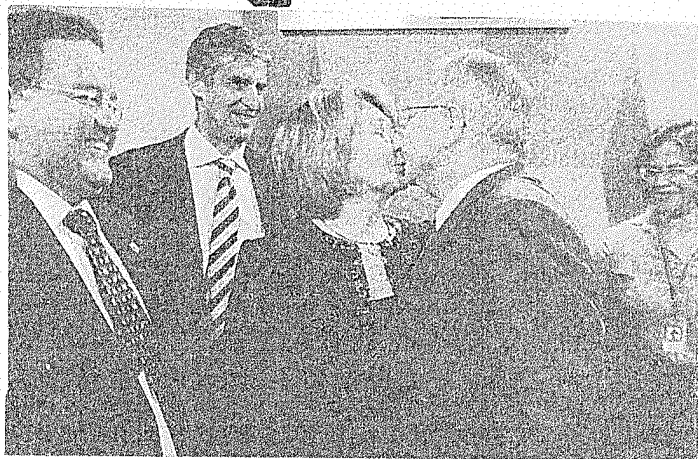
PAIXÃO



14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Raro consenso entre políticos do Paraná "empurra" Fachin para o STF



Fachin comemora a aprovação na CCJ com um beijo em sua mulher, a desembargadora do TJ-PR Rosana Fachin.

Apoio à indicação do paranaense uniu adversários políticos, toda a bancada de deputados e chefes de poderes

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

A indicação do jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF) produziu um raro consenso na política paranaense. Uniu petistas e tucanos, sobrenomes historicamente rivais (Richa, Requião e Dias), a totalidade das bancadas estadual e federal, além dos chefes dos três poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, os reitores da UFPR e PUCPR e até

o comando da Federação Paranaense de Futebol. Provinciana para alguns, extraordinária para outros, a mobilização pesou para a aprovação de Fachin, por 20 votos a 7, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Na terça-feira (12), a "força-tarefa" com mais de 50 paranaenses chegou cedo ao Congresso e fez fila na entrada da CCJ uma hora antes da reunião, que se estendeu por mais de 12 horas. A maioria foi barrada, inclusive o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Vasconcelos, que precisou argumentar com a polícia legislativa para conseguir uma cadeira entre as autoridades. "Estão achando que vão ganhar no grito", reclamava pelos corredores o assessor de um senador de oposição declaradamente contra a indicação do professor.

O grosso do grupo acabou se espalhando por outros dois plenários com telões que transmitiram a sabatina ao vivo. Nessas salas, o clima era de final de Copa do Mundo. Cada intervenção favorável a Fachin era comemorada, mas também houve manifestações de grupos contrários, formados por militantes de recentes protestos contra a presidente Dilma Rousseff e o PT.

CONTINUA

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Pouco antes das 10 horas, quando começou a sessão, o governador Beto Richa (PSDB) e a vice, Cida Borghetti (Pros), entraram na CCJ e cumprimentaram os senadores presentes. Richa dedicou mais tempo aos tucanos Cassio Cunha Lima e Aloysio Nunes. Uma semana antes, a dupla havia defendido Richa durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, que discutiu a repressão policial contra professores de 29 de abril. Dessa vez, no entanto, compuseram a linha de ataque contra Fachin.

Tanto o governador quanto o senador Alvaro Dias atuaram para embaralhar a polêmica gerada pelas ligações de Fachin com o PT. Alvaro frisou que o jurista foi advogado de campanha de José Richa (pai de Beto e um dos fundadores do PSDB), em 1982, e que fez campanha a favor de Mário Covas (PSDB) contra Lula (PT), em 1989. "Se o Paraná é uma província, é uma província unida em torno de Fachin pelas suas qualidades", disse o senador tucano.

"A indicação de Fachin não é um consenso, ela é uma unanimidade paranaense", declarou depois o senador Roberto Requião (PMDB). Unir um Richa, um Dias e um Requião em torno da mesma questão não é tarefa fácil — desde 1990, as três famílias disputaram entre si todas as eleições para o governo do estado. Apesar de serem do mesmo partido, Alvaro e Beto nunca se acertaram.

Um quarto ingrediente controverso do caldeirão pró-Fachin é o PT, da senadora Gleisi Hoffmann. Acusada por Richa de "boicotar" sua primeira gestão, Gleisi é apontada em Brasília como "inventora" de Fachin. Teria sido ela quem colocou o professor no circuito de ministérios, ainda na gestão Lula.

No círculo jurídico, advogados de todos os cantos do Paraná (muitos deles, ex-alunos de Fachin) atuaram como mensageiros nos debates da "rádio-corredor". A cada tema polêmico que entrava em pauta (doações eleitorais, Lava Jato, direito à propriedade, legalização do aborto), havia alguém argumentando com um assessor. Ou promovendo bolões sobre o resultado da votação, sempre com larga vantagem a favor do jurista.

"Fachin convenceu porque teve a paciência de um Gandhi", diagnosticou o também professor da UFPR René Ariel Dotti. Outro advogado, de Maringá, fez troça com a própria mobilização. "Pela quantidade de paranaenses que tem aqui, o estado deve ser o que tem mais gente que precisa de uma forcinha no STF", disse. Além de causas constitucionais, o Supremo é a instância que julga todos os processos contra deputados federais e senadores.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Planalto avalia que sabatina no Senado aumentou as chances de Fachin

Governo Dilma está confiante de que o paranaense será aprovado em definitivo no plenário

BRASÍLIA
Das agências

O Palácio do Planalto avalia que a longa sabatina à qual o jurista paranaense Luiz Edson Fachin foi submetido, na terça-feira (12), aumentou as chances da aprovação definitiva de sua indicação para o STF pelo Senado. A indicação do jurista, após ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será votada em plenário pelos senadores na próxima terça-feira (19).

A avaliação inicial do Planalto foi de que Fachin se saiu "muito bem" na sabatina, afastando as suspeitas de que seria um "radical" de esquerda. Auxiliares da presidente Dilma Rousseff afirmaram que o advogado foi paciente, respeitoso e respondeu a cada um dos senadores. Com o clima que se estabeleceu na CCJ, o gover-

no está otimista com o resultado a ser obtido no plenário. Assessores presidenciais ouvidos pela reportagem dizem que o governo vai trabalhar o restante da semana para reverter os votos contrários, além de algumas resistências que ainda restam a seu nome.

A aprovação de Fachin para o STF virou uma prioridade para Dilma. Além do desgaste que a reprovação do nome dele representaria (há mais de 100 anos não há rejeições de indicados pela Presidência), Dilma perdeu a prerrogativa de indicar mais cinco ministros do Supremo até o fim de seu mandato, devido à aprovação da chamada PEC da Bengala, que aumentou de 70 para 75 anos a idade limite para a aposentadoria de magistrados do STF.

Desde que seu nome surgiu como um dos possíveis candidatos para ocupar a 11.ª cadeira do Supremo, Fachin vem enfrentando suspeitas de vinculações partidárias com o PT e de defender causas ligadas à esquerda mais radical, como o cumprimento da função social da terra, uma das bandeiras do MST.

CONTÍNUA

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COALIZÃO

Políticos e entidades do Paraná que apoiam a indicação de Fachin ao STF:

TRÊS PODERES

Os chefes dos três poderes estaduais e de órgãos coligados foram à sabatina para apoiar Fachin. Marcaram presença o governador Beto Richa (PSDB); a vice, Cida Borghetti (Pros); os presidentes da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB); do Tribunal de Contas, Ivan Bonilha; do Tribunal de Justiça, Paulo Vasconcelos; e o procurador-geral do MP, Gilberto Giacoia.

BANCADAS

Os três senadores, os 30 deputados federais, os 54 deputados estaduais do Paraná e os 38 vereadores de Curitiba assinaram manifestos favoráveis à indicação de Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na sabatina da terça-feira, os senadores Alvaro Dias (PSDB), Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) apoiaram o jurista paranaense.

COMUNIDADE JURÍDICA

O presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Juliano Breda; da Associação dos Magistrados do Paraná, Frederico Mendes Júnior; e da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Antonio Bochenek, foram à sessão para pedir votos a Fachin. Ao todo, cerca de 50 membros da comunidade jurídica estiveram em Brasília durante a sabatina.

REITORES E PPF

Os reitores da UFPR, Zaki Akel Sobrinho, e da PUCPR, Waldemiro Grenski, também sustentaram a campanha de Fachin (ele foi professor nas duas universidades). Zaki Akel esteve na CCJ do Senado. Até o presidente da Federação Paranaense de Futebol, Hédio Cury, aproveitou outra agenda no Congresso Nacional para passar pela sabatina e para prestigiar Fachin.

GAZETA DO POVO

STF 1

COLONA DO LEITOR

14 MAI 2015

A indicação do advogado Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF) acabou se transformando numa espetacular operação. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o sabatinou por quase 12 horas, mas a sua aprovação ainda depende do voto favorável dos senadores. No fundo, o problema maior não é o indicado, mas quem o indicou. Fachin paga o preço da falta de densidade política da presidente Dilma Rousseff num Senado que joga sucessivas quedas de braço com o Executivo pelo domínio do poder. Os senhores senadores — independente de sua posição política — precisam tomar os devidos cuidados para não banalizar o ato de escolha e nomeação dos integrantes das cortes que compõem as mais altas instâncias da justiça brasileira e, por dever de ofício, muitas vezes até substituem o Executivo e o Legislativo nas decisões de como governar.

Dirceu Cardoso Gonçalves, tenente e dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo

STF 2

O senhor Luiz Edson Fachin, em sabatina na CCJ do Senado, disse que era um sobrevivente por ter tido uma vida difícil, com muitas restrições e trabalho árduo. Mas é assim que ocorre com a maioria da população mundial. Fachin é, na verdade, um vitorioso, que acumulou conquistas no decorrer de sua vida; diferentemente de muitos que nem saem do lugar, apesar da dura labuta. Mas a sua explicação sobre o fato de ter advogado enquanto era procurador do estado não convenceu. Ficou a impressão de que não seguiu a lei que impede a dupla militância. Por que no Brasil as leis não são observadas à risca e tal atitude recebe apoio de autoridades?

Myrian Macedo, São Paulo - SP

STF 3

Impressionante a presença de Luiz Edson Fachin na sabatina da CCJ do Senado. Assisti ao debate por completo. Ele se mostrou um homem íntegro, profundamente preocupado com a família e humilde. Também é uma sumidade de tal gabarito poucas vezes visto no meio jurídico. Deu aula de Direito, de democracia, e de cidadania no Senado. Parabéns a todos os políticos do Paraná e de todos os estados que se aliaram a essa figura ímpar.

Luiz Edgard Bueno

BESSA

Bem antes da bengala

O advogado e professor Clèmerson Merlin Clève prevê que, com a provável consumação da indicação de Luiz Edson Fachin ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo Senado, em dez anos ele será presidente da Corte. Fachin tem 57 anos e com a PEC da Bengala ficará no Supremo até os 75. Clève, que preside o Centro Universitário Autônomo UniBrasil, chegou a ter seu nome incluído pelo Palácio do Planalto na lista de candidatos à vaga de Joaquim Barbosa, mas diz ter recuado ao perceber que o colega de faculdade e amigo de 40 anos saiu na frente na conquista de apoios. "Indicação não se postula, mas também não se recusa", disse ele ontem à coluna ao comentar a sabatina de Fachin na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

MPF vai investigar “batalha” do Centro Cívico

Estado do Paraná poderá ser processado caso se comprove que houve abuso na repressão policial aos manifestantes no dia 29 de abril

Amanda Audi

O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar se houve violações de direitos humanos, por parte do governo do Paraná, no episódio de repressão à manifestação de servidores no último dia 29 de abril – conhecido como a “batalha” do Centro Cívico. Caso se comprovar que houve abuso, o estado poderá ser processado. A apuração será comandada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, sob a tutela da procuradora Eloísa Helena Machado.

De acordo com nota divulgada pela procuradoria, as cenas de repressão aos manifestantes pela Polícia Militar, sob a justificativa de conter “black blocs”, foram “incompatíveis com a noção de estado democrático de Direito”.

Serão analisadas informações e imagens registradas no dia do confronto. A Secretaria de Segurança Pública e o comando da Polícia Militar do Paraná deverão responder sobre o deslocamento da PM de outras regiões para Curitiba, com o objetivo de montar guarda em frente do prédio da Assembleia Legislativa.

A prefeitura de Curitiba foi intimada a responder sobre os atendimentos de primeiros socorros a feridos que o poder público municipal promoveu durante o episódio. Na época, a administração municipal divulgou que 213 pessoas ficaram feridas na ação policial.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deverá responder sobre as medidas que está tomando para apurar supostos abusos. E veículos de comunicação de Curitiba deverão disponibilizar fotos e vídeos que contenham registros de excessos policiais. O trabalho de investigação começará imediatamente. Segundo a assessoria do MPF, só haverá um posicionamento sobre o assunto depois da análise dos materiais.

Outras frentes

Além da investigação do MPF, a batalha do Centro Cívico também está sendo apurada em pelo menos outras três frentes. A Polícia Militar (PM) instaurou um inquérito próprio para investigar excessos. Nesta semana, os policiais que se machucaram no dia 29 começaram a ser ouvidos. A Polícia Civil também abriu um procedimento interno. E o Ministério Público do Paraná (MP-PR) está em fase de coleta de depoimentos, tanto de manifestantes como de policiais envolvidos no episódio. A colaboração ao MP é espontânea.

TROCA NO COMANDO

Maurício Tortato é o novo comandante-geral da Polícia Militar

Kelli Kadanus

O governador Beto Richa (PSDB) definiu nesta quarta-feira (13) o novo nome do comandante da Polícia Militar do Paraná (PM). Quem assume o cargo é o coronel Maurício Tortato, depois que o ex-comandante Cesar Kogut pediu exoneração na última quinta-feira (7). Tortato ingressou na corporação em 1985. Como oficial superior comandou o 17º Batalhão da PM, em São José dos Pinhais. Também foi diretor da Diretoria de Apoio Logístico da corporação, chefe do Estado Maior e responsável pela Corregedoria da PM. Além disso, foi diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública (Sesp). A posse está prevista para o próximo dia 29. O novo comandante assume o cargo depois que Kogut entregou o cargo alegando “dificuldades insuperáveis” no relacionamento com a direção da Sesp. O motivo do desligamento foi a ação da tropa no dia 29 de abril.



Coronel Maurício Tortato vai assumir o comando da PM após os confrontos de abril.

GAZETA DO POVO 14 MAI 2015

Recomendações técnicas foram ignoradas na “Batalha do Centro Cívico”

Confira os pontos que devem ser foco dos inquéritos do Ministério Público e da Polícia Militar que investigam o ataque da polícia aos professores no dia 29 de abril. Ainda nessa quarta-feira (13), o Ministério Público Federal também abriu investigação para apurar se direitos humanos foram violados naquele dia

Diego Ribeiro

ORDEM DE DISPERSÃO OU PROCLAMAÇÃO

Pelo manual de *Controle de Distúrbios Cívicos* usado pela Polícia Militar, a proclamação é a primeira etapa após o esgotamento das negociações. Se os policiais responsáveis pela “batalha do Centro Cívico” consideravam que o diálogo tinha chegado ao fim no momento em que alguns dos manifestantes tentavam transpor as grades posicionadas em frente da Assembleia Legislativa, deveriam, então, ter anunciado em alto e bom som que a força seria empregada. Assim, as pessoas que quisessem evitar o “choque” poderiam sair da região. Por isso, é praxe que o caminhão do Batalhão de Operações Especiais da PM tenha equipamento de som adequado. O problema, porém, é que não houve o aviso de dispersão, segundo policiais ouvidos pela reportagem.

ATAQUE TOTAL

De acordo com policiais, a operação “Centro Cívico” foi a única na história recente do estado em que houve emprego total de quase todos os meios de força da Polícia Militar ao mesmo tempo. Além dos cães, atiradores de elite foram posicionados – instrumento considerado importante como ato de prevenção – e até helicóptero foi usado. O problema é que não teria havido aplicação gradual, mas uma espécie de ataque total. Jato d’água, bastões, sprays de pimenta, dois modelos de balas de borracha, bombas de gás lacrimogénio e efeito moral deveriam ter sido usados gradualmente. Pela visão de policiais, apenas o segundo e o terceiro instrumentos citados poderiam ter sido usados juntos na contenção da barreira. Todos esses meios foram empregados de uma vez só, segundo vários professores que participaram da manifestação. Relatos deles ao Ministério Público apontam ainda que bombas de efeito moral e gás foram arremessadas do helicóptero – o que aumentaria muito a probabilidade de vítima fatal – e que a tropa de choque teria disparado pelas costas dos manifestantes que tentavam furar o bloqueio para entrar na Assembleia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 MAI 2015

INFLUÊNCIAS POLÍTICAS

Embora o cenário que antecedeu a "batalha do Centro Cívico" tenha sido construído com várias decisões políticas, a operação policial precisava, necessariamente, ter sido baseada em questões técnicas. É por isso que a tropa treina exaustivamente o controle de distúrbios civis. Apesar disso, componentes políticos teriam contaminado o chamado "teatro de operações", a nomenclatura dada pela polícia militar ao cenário das ações. No caso, a Praça Nossa Senhora de Saete. Entre esses aspectos políticos, os principais deles são o planejamento e a execução determinados pelo ex-secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini, que é deputado federal, e pelos coronéis Nerino Mariano de Brito, subcomandante-geral da PM, com ligações estreitas com o titular da pasta, e Arildo Luís Dias, ex-assessor militar da Assembleia Legislativa do Paraná. Dias foi o comandante da operação no dia. Ele passou os últimos quatro anos trabalhando na segurança da Assembleia. Por isso, segundo policiais ouvidos pela reportagem, deveria ter sido poupado de trabalhar na ação, já que haveria um conflito de interesse natural. Em última análise, havia o risco, mesmo que mínimo, de Dias sofrer influência demasiada, tanto da Casa do Povo, como da Sesp. Nerino também poderia ter sido poupado, já que esteve presente em 1988 quando a cavalaria da PM passou por cima de vários professores.

FOCO NATURBAE NÃO NA MULTIDÃO

Às 14h55 daquele dia, manifestantes tentavam furar a barreira montada por cercas metálicas e cordão de policiais. Era o estopim da "batalha do Centro Cívico", segundo relatos de repórteres que cobriram os fatos do dia 29. Ali, conforme apurou a reportagem, esses agentes da PM deveriam ter focado no controle de quem estava tentando invadir a Casa do Povo. Seria compreensível se usassem spray de pimenta e o bastão para controlar a turba – definida no manual da PM como "multidão que passa a promover desordem". No entanto, policiais da inteligência, à paisana, deveriam ter identificado e detido, se necessário fosse, quem tentava passar a barreira. Mas, além dos agentes do cordão, teria havido emprego imediato de várias forças da tropa, desencadeando a violência desproporcional contra a turba e outros manifestantes que não davam indícios de que pretendiam ocupar a Assembleia.

EXAGERO DE EFETIVO

Não é preciso saber o total exato do efetivo empregado para analisar indícios de exageros no número de policiais. Passaram dos 1,6 mil. Policiais do interior, de várias unidades de Curitiba e região e até policiais ainda em formação na Academia de Polícia Militar do Guatupê estiveram presentes. Embora apenas o MP e a PM possam definir, pelas apurações, se houve excesso, é possível suspeitar de um erro técnico na chegada da tropa no dia 29. Segundo o manual da PM, o desembarque dos policiais no "teatro de operações" deve ser feito longe das vistas dos manifestantes. Desde o fim de semana que antecedeu o dia 29, policiais chegavam a olhos vistos. Foi parte do planejamento. Pode-se argumentar que houve necessidade para formar o cerco, mas é certo que a visibilidade do efetivo empregado aumentou a tensão entre manifestantes.

O QUE A PM DIZ

A reportagem procurou a instituição para falar com os coronéis Nerino Mariano de Brito, subcomandante-geral, e Arildo Luís Dias, que comandou a operação do dia 29. Ambos, segundo o ex-comandante geral César Kogut, deram as ordens que iniciaram o uso da força contra os manifestantes. A PM, porém, não se pronunciará antes do término das investigações.

CONTINUA

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FALTA DE INTELIGÊNCIA

Os *black blocs* que estariam na "batalha do Centro Cívico" até agora não foram identificados. Mas é possível que estivessem lá. Eles são, em sua maioria, jovens estudantes que participam de movimentos sociais na cidade. Desde a Copa das Confederações, o termo *black bloc* começou a ser usado para rotulá-los como um grupo violento. Em junho de 2013, alguns deles chegaram a atirar coquetéis molotov contra policiais do Bope que estavam embaixo da marquise do Palácio Iguaçu. Naquela ocasião, a polícia teve paciência. Ano passado, durante a Copa do Mundo, a polícia também teve paciência e inteligência, ao monitorar os *black blocs* constantemente. Vários agentes se infiltraram nas manifestações. Chegou-se a descobrir que o filho de um policial militar participava do grupo de *black blocs*. No dia 29 de abril deste ano, a estratégia mudou. Nenhum *black bloc* foi identificado previamente ou retirado de cena para evitar o tumulto. Seguindo as orientações do manual da PM, a tropa também devia ter evitado atirar bombas de gás, em razão da proximidade de uma creche. Há ainda relatos de policiais que apontam para uma falha da radiocomunicação da PM, o que dificultou o controle da tropa. A regra de ouro, de preservar a integridade física das pessoas, segundo vários policiais, foi desrespeitada, por uma sucessão de erros.

GAZETA DO POVO

CÉLSO NASCIMENTO

14 MAI 2015

Lei é lei

Conforme já amplamente noticiado, o Ministério da Previdência desaprovou o plano de custeio da Parana Previdência gerado no Palácio Iguagu. Segundo o ministério, o novo sistema – aprovado pela Assembleia em meio ao massacre do Centro Cívico – está “em frontal desacordo com a determinação do equilíbrio financeiro e atuarial”. O Ministério Público de Contas chegou à mesma conclusão e já impetrou medida cautelar por considerar que o novo modelo é “inconstitucional, ilegítimo e ilegal”.

Lei é lei

Conforme também já noticiado, o governo estadual não deu a menor pelota para os dois entendimentos. Argumenta estar amparado numa liminar do STF obtida pelo governo Requião em 2006. Concedida pelo ministro Marco Aurélio, a liminar impede o governo federal de inscrever o estado em cadastros negativos para receber repasses e contrair empréstimos, entre outras restrições. A medida do STF reconhece a autonomia dos estados de legislar sobre seus próprios regimes previdenciários – desde que, está implícito, não desobedeça outras normas constitucionais.

Lei é lei

O governo do estado está, de fato, protegido pela liminar para fazer as mudanças que quiser – o que não significa que tenha feito a coisa certa ao atochar na Parana Previdência 33,5 mil servidores que nunca contribuíram, pondo em risco a expectativa de vida do sistema. Mais: a liminar nem de longe libera o governo estadual da obrigação de cumprir a Constituição Federal. Logo, “não dar pelota” não parece ser o comportamento mais sensato diante dos questionamentos – embora o governador Beito Richa insista em dizer que o sistema previdenciário do Paraná continuará “o melhor do país”.

NOTA POLITICA

Deixou a cadeia

Investigada na Operação Publicano, a auditora fiscal Rosângela Semprebom foi beneficiada por um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça e deixou a prisão, em Londrina, nesta quarta-feira (13). O advogado dela, Walter Bittar, acusa os investigadores de estarem usando o instituto da delação premiada como “moeda de troca” para os acusados responderem ao processo em liberdade.

PINGA-FOGO

“Num país onde integrantes de uma organização criminosa que roubou bilhões de uma empresa de patrimônio nacional estão em casa por decisão do STF, não tenho como justificar a manutenção da prisão do réu neste processo, que proporcionalmente causou um mal menor à sociedade, embora também muito grave.”

Wagner Carvalho Lima, juiz da 2ª Vara Criminal de Franca, ao determinar, com base nas decisões da Lava Jato, a liberdade provisória a 20 acusados de integrar uma quadrilha especializada na falsificação e comercialização de defensivos agrícolas no interior de São Paulo.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Não há como negar

Infindáveis são as evidências e as provas que a Operação Lava Jato já levantou a respeito da roubalheira de que foi vítima a Petrobras

Os relógios dos governantes brasileiros que detêm a responsabilidade institucional de zelar pelo bem público perderam o ponteiro que deveria marcar a hora da verdade. Infindáveis são as confissões, as evidências e as provas cabais que a Operação Lava Jato já levantou a respeito da roubalheira de que foi vítima a Petrobras, mas parece que os gestores responsáveis ainda não se deram conta da necessidade de fazer o mínimo daquilo que deles se esperava: reconhecer publicamente e plenamente o desleixo a que relegaram a administração da maior e mais importante estatal brasileira ao longo de tanto tempo.

Há mais de um ano, a Polícia Federal e o Ministério Público passaram a entregar ao juiz federal Sérgio Moro o resultado das investigações a que submeteram diretores e funcionários da Petrobras, assim como grandes empreiteiras e empresários do país, sem esquecer de detalhar o *modus operandi* utilizado, com a participação de doleiros, para que fortunas surrupadas da estatal abastecessem partidos e políticos aliados. Processos tramitam na primeira instância da Justiça Federal, em Curitiba, e outros — aqueles que envolvem detentores de mandatos — já chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A teia de relações incestuosas entre agentes públicos e figurões da iniciativa privada é extensa e profunda o suficiente para que até mesmo o mais simplório dos observadores logo possa perceber que seria impossível que os mais altos escalões da República não soubessem dos malfeitos. Entretanto, “os mais altos escalões da República” continuam a afirmar que de nada sabiam. Ao contrário, insistem na tese de que a corrupção deslavada se dava muito longe de seus interesses políticos e era obra tão-somente de servidores da Petrobras que corriam atrás de proveito pessoal.

Ao mesmo tempo em que a Lava Jato segue seu caminho no campo judicial, a CPI instaurada no Congresso ouviu também os envolvidos já indiciados no processo — alguns dos quais signatários de acordos de delação premiada. Um dos depoentes convocados pela CPI — que provisoriamente se instalou em Curitiba nesta semana — foi o doleiro Alberto Youssef que, ao responder a uma pergunta específica, disse ter certeza (embora não pudesse provar) de que o Palácio do Planalto tinha pleno conhecimento das estripulias que ocorriam no submundo da Petrobras. “No meu entendimento, eles tinham conhecimento do que acontecia. [O esquema] Servia ao interesse do partido [PT], e automaticamente dos partidos da base”, disse o doleiro aos membros da CPI.

Ainda que a credibilidade de Youssef seja questionável, a lógica dos fatos já comprovados leva, no mínimo, a duas conclusões, ambas desabonadoras: (1) se os presidentes da República sob cujos mandatos transcorria a grossa corrupção e se ministros sob cuja guarda estava a administração da Petrobras nada sabiam sobre o que ocorria debaixo de seus narizes comprova-se a irresponsabilidade gerencial e política de todos eles; e (2) se sabiam e não tomaram medidas de rigorosa contenção, cometeram crimes de improbidade administrativa e de responsabilidade. Impossível para eles continuar mantendo indefinidamente a postura de avestruzes, ainda que, timidamente, venham admitindo o que antes negavam — isto é, que a Petrobras estava infestada pela corrupção.

Um exemplo são os áudios das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras, recentemente divulgados pela imprensa, em que Graça Foster, então presidente do Conselho, admite que a companhia estaria “miope” diante de tanta corrupção, percepção corroborada por outros integrantes da administração da empresa, que chegaram a questionar a existência de um sistema de controle interno para tentar averiguar os casos de corrupção, uma vez que apenas “peões” eram investigados e não os verdadeiros responsáveis. Para Graça, a Lava Jato seria um “fato tenebroso” para a companhia e o verdadeiro saldo do rombo causado pela corrupção seria impossível de ser determinado neste momento. “Só daqui a três, cinco ou dez anos. Quando tudo isso for julgado e sair o valor dessa operação toda”, disse Graça aos conselheiros presentes na reunião.

Triste saber que muita sujeira ainda está para emergir das investigações, depoimentos e provas documentais que não param de vir à tona. Mas mais triste ainda será caso prevaleça a impunidade ou se apenas os mais baixos escalões forem — os meros “peões” —, ao final, responsabilizados.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça proíbe bloqueio de internet móvel

SÃO PAULO
Folhapress

O Procon-SP obteve nesta terça-feira (12) liminar contra as operadoras Oi, Claro, TIM e Vivo para impedir o bloqueio de internet por celular em São Paulo. Após o fim do pacote de dados, o acesso à internet vem sendo cortado em todo o país — antes, era apenas reduzido.

A decisão vale apenas para o estado, e afeta planos de dados com base em contratos antigos que garantiam que não haveria corte, mas apenas redução da velocidade. Na decisão, o juiz Fausto José Martins Seabra argumenta que modificações nesses contratos ocorreram de forma unilateral. A liminar determina ainda que as operadoras paguem multa diária de R\$ 25 mil caso descumpram a decisão.

Planos de dados baseados em contratos nos quais o corte estava inicialmente previsto ficam de fora da decisão. As operadoras ainda podem recorrer.

O bloqueio vem sendo aplicado desde o fim de 2014. Com o corte, o cliente precisa

desembolsar mais dinheiro para restabelecer a conexão, contratando um pacote com limite superior ao de sua franquia atual ou um pacote adicional para usar até o fim do ciclo de faturamento.

Na decisão liminar, o juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TRT-SP) afirma que, apesar de as empresas terem notificado os clientes sobre as mudanças 30 dias antes de ocorrerem, como previsto em lei, não havia no contrato inicialmente a informação de que a concessão ilimitada de internet era promocional ou poderia ser modificada.

TIM, Claro e Oi informaram que não foram notificadas da ação e que se pronunciarão somente após receber o documento. A Vivo também não quis comentar o assunto.

Anatel

De acordo com comunicado da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) datado de fevereiro, as companhias decidiram começar a cortar a conexão porque “velocidades reduzidas são insuficientes para muitas das modernas aplicações, não atendem às necessidades dos usuários e provocam uma experiência ruim de navegação”. Segundo a Anatel, as operadoras não têm obrigação de oferecer velocidade reduzida ao fim do pacote.

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Judiciário é o menos transparente dos Três Poderes, diz ONG

O Judiciário ainda precisa aprimorar seus mecanismos: só 56% dos pedidos de informação enviados pela ONG tiveram respostas consideradas satisfatórias, e em 20% dos casos o dado foi negado

14/05/2015 | 09h38 | ESTADÃO CONTEÚDO

O cumprimento da **Lei de Acesso à Informação** pelos órgãos federais melhorou em 2014 em relação a 2013, conclui levantamento da ONG Artigo 19, com sede no Reino Unido e representação no Brasil. O Judiciário ainda precisa aprimorar seus mecanismos: só 56% dos pedidos de informação enviados pela ONG tiveram respostas consideradas satisfatórias, e em 20% dos casos o dado foi negado.

O levantamento ocorreu só no âmbito federal. Das 255 solicitações, 68,2% foram respondidas integralmente e 23,2%, parcialmente. Só 2% ficaram sem retorno. Em 5,5% dos casos a resposta foi tiva (houve situações em que os órgãos alegaram não ter o dado).

013, ainda que a maioria deles já contasse com departamentos encarregados de fornecer as nações, um terço dos pedidos teve respostas incompletas ou com fundamentação inadequada. A lusão é de que o acesso melhorou no último ano, mas ainda está aquém do que se esperava, três anos de vigência da lei.

Foram analisados 51 órgãos: os 38 do Executivo ficaram bem posicionados, a Câmara dos Deputados Senado apresentaram "progressos consideráveis" em relação a 2013 e a Justiça (11 órgãos uisados) permanece o poder mais fechado - 9,1% dos pedidos ficaram sem qualquer resposta.

produzir o relatório, a ONG, focada na defesa dos direitos humanos, liberdade de expressão e so à informação pública, analisou a chamada transparência ativa, que se refere às informações gadas espontaneamente nos sites oficiais, e a passiva, ou seja, as respostas aos questionamentos enviados aos órgãos, examinadas quantitativa e qualitativamente.

CONTINUA

14 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Das 190 solicitações mandadas a ministérios e secretarias, 73,2% voltaram com a informação completa. Em média, levaram 16 dias para chegar (o prazo legal é de 20 dias). A média da Câmara e do Senado foi de 60%. Já os 11 órgãos do Judiciário deram apenas 50,9% de respostas integrais.

A diretora executiva da Artigo 19, Paula Martins, considera a falta de transparência um traço cultural, perceptível não só em órgãos públicos, mas na sociedade brasileira em geral. O relatório mostrou que o funcionário encarregado de dar acesso às informações em geral não é valorizado, o que reflete a falta de comprometimento dos órgãos com o cumprimento da lei.

“É um trabalho que ninguém quer, a pessoa fica sozinha na função e não tem documentos organizados nos quais pesquisar. Os órgãos dizem não ter orçamento específico para isso. O acesso à informação tem valor em si mesmo, e gera mais eficiência, melhor governança e controle social, e leva à conquista de outros direitos humanos”, disse.

A lei n.º 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e entrou em vigor em 16 de maio de 2012, “criando mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades”.

No mundo em desenvolvimento, México e Chile se destacam quanto à transparência das informações públicas; nos países ricos, Suécia, Estados Unidos e Inglaterra são exemplos.

14 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Senadores ainda veem riscos para Fachin

Avalia-se que indicado ao STF superou 'questão técnica' na sabatina, mas agora enfrentará 'questão política'

Apesar da aprovação por 20 a 7 na CCJ, alguns dizem que a chance de rejeição no plenário do Senado é 'meio a meio'

ANDRÉIA SADI
GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

Apesar de terem aprovado o nome de Luiz Fachin na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senadores ainda ameaçam reprovar sua indicação para o STF (Supremo Tribunal Federal) no plenário da Casa, na próxima terça (19).

Parlamentares da cúpula do PMDB ouvidos pela Folha disseram que a "probabilidade" de rejeição é "meio a meio". O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) trabalha nos bastidores contra Fachin, como forma de demonstrar força ao governo. Ele nega a movimentação.

"Eu sinceramente não farei nada, absolutamente nada, que arranhe a minha condição de neutralidade", disse. "As pessoas ora me colocam como aliado e ora como adversário [...]. Eu me coloco firmemente pela neutralidade."

Senadores dizem que as dúvidas sobre Fachin —se é ligado ao PT, por exemplo— foram sanadas na sabatina na CCJ. A avaliação é a de que ele se saiu bem e que foi superada a "questão técnica".

O tom moderado de Fachin na CCJ agradou senadores. O nome foi aprovado por 20 a 7.

Segundo peemedebistas, porém, a confirmação no plenário agora é uma "questão política": Aprovar o novo ministro para o STF ou derrotar a presidente Dilma Rousseff, a responsável pela indicação?

O raciocínio de alguns é o seguinte: não podem ficar contra o ajuste fiscal de Dilma pois estariam "contra o Brasil"; mas podem "dar o troco" no Planalto ao rejeitar Fachin. Como a votação é secreta, opositoristas dizem que senadores não se sentiriam constrangidos a votar contra.

MOTIVAÇÕES

Calheiros entrou em rota de colisão com Dilma desde que seu nome apareceu na lista dos políticos investigados pela Operação Lava Jato.

A maioria da oposição também é contrária à aprovação de Fachin, com exceção do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), relator da indicação.

Ministros do STF elogiaram o desempenho de Fachin na sabatina. Apontaram que as resistências à indicação se devem à conjuntura política, não à qualificação dele.

Integrantes do Planalto dizem que o governo já tem a "sensação de derrota" com a aprovação da PEC da Bengala na Câmara na semana passada, norma que retirou de Dilma a possibilidade de indicar cinco nomes para o STF.

Por isso, afirmam, não é necessário "sacrificar" o currículo de Luiz Fachin.

Colaborou AGUIRRE TALENTO, de Brasília

14 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desconversa

Comum em candidatos a cargos eletivos, o hábito de tergiversar em questões polêmicas se transfere para os indicados ao STF

Estendendo-se por cerca de 11 horas, mostrou-se um teste de resistência física e mental a sabatina a que o advogado Luiz Edson Fachin foi submetido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na terça-feira (12).

O recorde demonstra o quanto ganhou, em espetacularidade e interesse, a avaliação dos futuros integrantes do Supremo Tribunal Federal. Há mais novidades, porém, nas circunstâncias que acompanham a indicação de Fachin para a vaga de Joaquim Barbosa.

Montou-se, em favor do candidato, uma verdadeira operação de relações públicas. Empresas especializadas e com ampla experiência no palco da política nacional agiram para promover Fachin.

Na sabatina, o advogado declarou ignorar quem financiava os profissionais contratados em seu favor. Tal desconhecimento não evita, em tese, que se abram flancos a alguma revelação futura quanto aos adeptos do ministro.

De todo modo, não foi esse o único momento em que as respostas de Fachin se notabilizaram pelo descompromisso e pela generalidade.

Tendo em vista os inúmeros ataques que se dirigiam ao indicado — aos quais não faltou a marca do exagero e do patrulhamento —, o principal resultado da sabatina foi

o de cercar a figura de Fachin de espessa névoa de neutralidade.

Mais que eventuais radicalidades de opinião, o que se torna especialmente criticável foi o fato de o sabatinado evitar, de modo sistemático, prestar esclarecimentos efetivos sobre suas reais ideias, passadas ou presentes.

Não se tratava apenas de afastar o compreensível risco de antecipar algum eventual voto sobre caso específico. Também em questões puramente teóricas o pretendente a ministro optou pela desconversa.

Será que considera intocável o limite da maioria penal vigente na Constituição? Sem querer desagradar à chamada bancada da bala, Fachin tergiversou. Acredita que, em tese, um presidente da República reeleito deve ser responsabilizado em processo de impeachment pelo que fez no mandato anterior?

Não houve resposta — e tudo seguiu assim por 11 horas, após as quais Fachin recebeu 20 votos de aprovação e 7 de rejeição. Nas contas de seus estrategistas, o suficiente para garantir o aval do plenário.

Se há, aos poucos, progresso institucional na extensão e na qualidade dos questionamentos, é de lamentar que o mesmo não ocorra com o estilo das respostas.

Não apenas pela prudência excessiva dos candidatos, mas sobretudo por um renitente vezo cultural da política brasileira: o medo à verdade e à clareza, já tão prejudicial nas campanhas a cargos eletivos, parece estender-se agora também ao mundo das convicções jurídicas e do debate de princípios.

14 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Linha direta Acionado pelo governador paranaense, Beto Richa (PSDB), Fernando Henrique Cardoso telefonou para Luiz Fachin na semana passada dizendo que conversaria com senadores tucanos para defender sua indicação ao STF. Os dois se falaram por cerca de 10 minutos.

Jogo... Senadores de oposição relatam que, nas visitas que fizeram aos gabinetes tentando cabalar votos, Fachin e a mulher, a desembargadora Rosa Fachin, dizem não comungar das mesmas preferências políticas.

... duplo Numa das conversas, Rosa teria dito que “chorou uma semana” quando o marido decidiu votar em Dilma Rousseff, que o indicou ao STF, e não em Aécio Neves em 2014. Quem ouviu não botou fé na história.

Wi-fi Depois de receberem centenas de e-mails por terem trocado a sabatina de Fachin pela homenagem a FHC nos EUA, senadores tucanos acompanharam a sessão, que corria simultaneamente à festa, pelo celular.

PAINEL DO LEITOR

Luiz Fachin

Se dependesse de meu voto, Luiz Fachin não iria ao STF (“Comissão do Senado aprova Fachin para o STF por 20 a 7”, “Poder”, 13/5). O que me deixa preocupado é a visão dele. Fachin diz que se considera alinhado com as pessoas que querem o progresso do país, mas preservando a propriedade privada. Ou seja, ele deixa claro que acha a propriedade privada um obstáculo ao progresso —visão invertida como a de muitos da tradicional esquerda caduca. Ele acha que o Estado é tudo. O país tem progresso graças à propriedade privada e progride apesar do Estado. Essa é a realidade, não o oposto.

ROBERTO MOREIRA DA SILVA
(São Paulo, SP)

14 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Delação premiada, uma estratégia de defesa

ADRIANO BRETAS E TRACY REINALDET

A colaboração não é apenas um meio de prova; trata-se de importante alternativa de defesa. Quem descarta essa hipótese sai em desvantagem

Com a deflagração da Operação Lava Jato, muito tem se discutido a respeito da delação premiada (a rigor, na Lei sobre Organizações Criminosas, o termo é “colaboração”).

Respeitável setor acadêmico tem se proclamado contra o instituto. Um enfrentamento equilibrado do assunto, sem embargo, exige uma depuração desses juízos de valor que reduzem a complexidade do debate a dualidades maniqueístas.

Seriam dois “blocos”: o dos que são “contra” e o dos que são “a favor”. Não que a neutralidade científica seja uma anestesia crítica, mas hoje em dia já se tornou bizantina a discussão sobre ser a favor ou ser contra os acordos de colaboração.

Um dos principais argumentos dos opositores desse instituto reside no campo ético. Vitupera-se o estigma de Judas Iscariotes para lançar o rótulo de alcaguetes, etiquetado sobre os que detratam o pacto de silêncio na “ética do crime”.

A julgar por esse raciocínio, comportamento ético seria concordar que o acusado expiasse sozinho uma pena individual por uma culpa coletiva. Filosofias à parte, juízos de valor devem ser aquilatados em proporção à (a)normalidade das circunstâncias que pode sufragar um terreno axiologicamente neutro.

Aliás, quando se fala em ética, o maior postulado deontológico do advogado está ancorado ao seu cliente. Se o acordo lhe favorece, está previsto em lei, fica difícil imaginar qual o impeditivo ético do advogado em subscrevê-lo.

Outro ponto importante diz respeito à natureza jurídica da colaboração. Ela não é apenas meio de prova. Mais do que isso, trata-se de importante alternativa de defesa. Sem dúvida, a defesa que descarta essa

hipótese de antemão já entra no “jogo processual” em desvantagem, porque dá a largada sem uma importante arma defensiva.

A Justiça criminal negociada já está presente em nosso ordenamento em diversos institutos, desde a atenuante da confissão espontânea, passando pelo arrependimento posterior, até a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo civil extintivo da punibilidade. A colaboração premiada é apenas mais um desses institutos.

Um terceiro aspecto constantemente invocado pelos críticos da colaboração aponta que o colaborador “vira-casaca” e, assim, restaria esvaziada a essência da função de seu advogado. Ledo engano.

A celebração de um acordo de colaboração premiada, não raro, encerra alta indagação jurídica em relação aos seus requisitos, o limite de suas cláusulas, suas hipóteses de rescisão, o alcance de seus efeitos, os benefícios possíveis, a competência para homologação, enfim, um sem-número de desdobramentos de agudas reflexões.

Defender um colaborador exige fiscalizar as filigranas técnicas da celebração e do posterior cumprimento de cada cláusula do acordo.

Por fim, costuma-se dizer que a “delação premiada inverte o princípio da culpabilidade”. Outro equívoco. Primeiro, porque o argumento é lançado como se a única finalidade da pena fosse (e não é!) retributiva. Depois, porque a culpabilidade é garantia do indivíduo para limite do “jus puniendi” —o direito do Estado de punir—, e não o contrário.

Em tempo: em países como Espanha, Itália e Estados Unidos o assunto é tratado com a mesma sobriedade com que é tratado qualquer outro instituto jurídico.

Por aqui, em vez de “ser contra” uma realidade inexoravelmente posta, melhor seria se o assunto fosse enfrentado de forma madura para proporcionar ao jurisdicionado a tão desejada segurança jurídica. É preciso melhorar a reflexão sobre a matéria.

ADRIANO BRETAS, 32, advogado criminalista, é professor processual penal na PUC-PR

TRACY REINALDET, 27, advogado criminalista, é mestre em direito penal pela Universidade de Toulouse (França). Ambos são advogados de Alberto Youssef e de Rafael Angulo Lopes na Operação Lava Jato

14 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha volta a pedir ao STF que archive investigação contra ele

Defesa de peemedebista diz que Procuradoria agiu para desgastá-lo

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu novamente ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki o arquivamento do inquérito contra ele na Operação Lava Jato e afirmou que a diligência feita no departamento de informática da Câmara sem avisar à cúpula da Casa "causou a mais absoluta surpresa e indignação".

A busca foi determinada por Teori a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, após a **Folha** revelar que o nome "dep. Eduardo Cunha" aparece como autor de dois requerimentos sob suspeita na Lava Jato.

O doleiro Alberto Youssef disse em sua delação premiada que os requerimentos foram usados para pressionar uma empresa a retomar o pagamento de propina. Cunha nega relação com o episódio.

Na petição, a defesa do deputado diz que a diligência foi "absolutamente desnecessária" e que o caso dos requerimentos é "completamente irrelevante". Argumenta ainda que não há possibilidade de destruição de provas e que, por isso, a diligência na Câmara foi realizada somente para "desgastar" Cunha "publicamente". (AGUIRRE TALENTO)

14 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Audidores recorrem ao STJ para revogar prisões

Justiça concedeu habeas corpus a José Luiz Favoreto, Orlando Aranda e Rosângela Semprebom e advogado de outros réus acredita na extensão do benefício

Edson Ferreira
Reportagem Local

Depois das negativas do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná em revogar as prisões decretadas pelo Judiciário de Londrina, os auditores fiscais, réus na ação penal sobre corrupção na Receita Estadual de Londrina, revelada pela Operação Publicano, estão recorrendo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília (DF), para deixar a cadeia. As primeiras decisões foram favoráveis aos investigados José Luiz Favoreto, Orlando Aranda e Rosângela Semprebom, que conseguiram habeas corpus, em caráter liminar, revogando as prisões preventivas.

De acordo com o advogado Walter Bittar, que defende os três, o STJ entendeu que as prisões “não atendem os requisitos legais”. “Não havia a necessidade das prisões deles, ou seja, você não pode prender para investigar. Essas prisões foram feitas para forçar a delação premiada e mais que isso, foram feitas com base em delações de pessoas

que receberam o benefício, que saíram da cadeia por apontar os responsáveis pelo fato que ocorreu aqui em Londrina”, afirmou Bittar.

Favoreto e Aranda vão continuar presos na unidade 2 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), porque também cumprem prisão preventiva por participação no esquema de exploração sexual de adolescentes, investigado pelo Ministério Público (MP) do Paraná. A auditora Rosângela Semprebom deixaria o 3º distrito policial ontem.

O advogado Edgar Ehara, que defende os auditores fiscais Íris Mendes da Silva, Cláudio Tosatto e Marco Antonio Bueno, informou que também vai pedir o benefício no STJ em favor dos seus clientes, que permanecem presos. Para Ehara, existem grandes chances de sucesso em Brasília. “Creio que são pontos de vista diferentes (entre TJ e STJ), mas não se pode excluir também a possibilidade de que exista a in-

terferência do clamor social nas decisões no Tribunal de Justiça. O STJ está mais blindado em relação a isso”, analisou o advogado.

O promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), disse que as decisões do STJ são “surpreendentes”. Ele afirmou que “os pedidos de prisão foram muito bem fundamentados em indícios levantados em extensa investigação, tanto que foram mantidas no TJ do Paraná”.

A Operação Publicano foi deflagrada pelo Gaeco no mês de abril e revelou uma “superorganização criminosa” na Receita Estadual. Foram denunciadas 62 pessoas, sendo 15 auditores fiscais. Existem indícios, segundo o MP, de que outros 43 auditores também estariam envolvidos em irregularidades.

14 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Fórum das Entidades vai à Justiça contra mudanças na Paranaprevidência

*Entidade que representa
os servidores pretende
questionar lei no STF*

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Duas semanas após a aprovação, pela Assembleia Legislativa (AL), do projeto que modifica o regime de previdência dos servidores públicos do Paraná, a medida segue gerando polêmica. O Fórum das Entidades Sindicais (FES), que reúne 21 sindicatos de trabalhadores, deve entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) na próxima segunda-feira, questionando a agora lei. A exemplo do que já fizeram os diretórios nacionais do PT e do PMDB, além do senador Roberto Requião (PMDB), a instituição se manifestou contra a mensagem por considerá-la inconstitucional.

Segundo a professora Marlei Fernandes, secretária de finanças da APP-Sindicato e membro da coordenação do FES, a assessoria jurídica da instituição está formatando a peça. A ideia é encaminhá-la ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Na última semana, o Ministério Público de Contas (MPC) e o Ministério da Previdência Social (MPS)

também emitiram pareceres contrários às modificações na Paranaprevidência. Por enquanto, porém, nenhum deles tem efeito prático. No caso do MPS, uma liminar concedida pelo STF em 2006, durante a gestão de Requião, garante à administração estadual “independência” para tratar do tema.

“Suscitar dúvida em relação à constitucionalidade do projeto cabe a qualquer um. Agora, o Poder Judiciário é quem vai decidir”, afirmou o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB). De acordo com ele, as recentes manifestações partidárias não passam de “teatro político”. “Lamentavelmente, diante do espetáculo que promoveram no Estado, PT e PMDB – nem todos do PMDB – têm de continuar agindo dessa forma, porque não se dão por derrotados. Mas venceu o interesse público”, afirmou. A aprovação da proposta, no dia 29 de abril, causou repercussão em todo o País porque, na ocasião, mais de 200 pessoas, que se manifestavam em frente à AL, ficaram feridas.

14 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

O choro de Salete

Guilherme Augusto Lippi Garbin

Em meio ao caos e a barbárie que tomou conta do Centro Cívico no dia 29 de abril, ela assistia a tudo petrificada. E não por simplesmente ser de pedra, mas sim por ver ao seu redor a materialização da ignorância humana. Naquele dia, a face gélida se aqueceu pelas lágrimas que da pedra brotaram, Salete chorou. A praça Nossa Senhora de Salete foi palco daquela fatídica quarta-feira, onde a democracia foi rude e violentamente silenciada ao som de balas de borracha, bombas de efeito moral e gritos de professores. Se pudesse, a estátua da figura religiosa que dá nome à praça choraria de vergonha e tristeza pela atitude dos “ilustres governantes”.

Por certo, o Paraná elegera Beto Richa crente de que estávamos em bom caminho. Contudo, deparamo-nos com o abismo político no qual nossa terra se encontra e fomos traídos por nosso “desgovernador” e seus fiéis escudeiros da Assembleia Legislativa, apoiados e supostamente “legitimados” por decisões judiciais que permitiram transformar a Casa do povo numa fortaleza legislativa, onde somente os “eleitos” podem adentrar.

Contudo, os tiros de borracha saíram pela culatra, pois mesmo ferindo ainda mais aos professores, seus efeitos atingiram e atingirão cada vez mais aqueles que mandam seus usos. O que assistimos no Paraná é de fato e direito ato atentatório à democracia. No entanto, é fonte de fortalecimento da mesma, e não por que temos um governo que atende à ordem legal, mas por termos um povo que exige o cumprimento das liberdades democráticas.

Hoje Salete já não chora mais porque vê e vive com a população a evolução do sentimento político. Não mais nos calamos aos mandos e desmandos, nascentes do delírio de governantes que cegamente creem deter o poder. De fato, a lei foi aprovada, contudo sempre que se der seu cumprimento, o som daquele 29 de abril ecoará por todas as cidades e campos do Paraná. Porém, creio que tal aberração legal não terá vida longa.

GUILHERME AUGUSTO LIPPI GARBIN é
estudante de Direito da Pontifícia Universidade
Católica do Paraná em Londrina

14 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

SENADO APROVA FACHIN PARA O STF



- Nada como ser SUPREMO!

OPINIÃO DO LEITOR

Sabatina de Fachin

Impressionante a presença do jurista Luiz Edson Fachin na sabatina do Senado que assisti por completo. Um homem íntegro, profundamente família, humilde e uma sumidade de tal gabarito, poucas vezes vista no meio jurídico. Foi uma aula de Direito, de democracia e de cidadania. Um agradecimento ao nosso senador Alvaro Dias, que foi o baluarte de levar ao Supremo Tribunal Federal o melhor dos que lá já estão e dos que poderiam ser nomeados para a mais alta Corte. E parabéns a todos os políticos do Paraná e de todos os estados que se aliaram à figura ímpar de Luiz Fachin.

LUIZ EDGARD BUENO (escritor) – Londrina

Só o tempo dirá

Vi no noticiário noturno de quarta-feira a imagem do governador Beto Richa transitando entre os senadores em Brasília. Num primeiro momento pensei que ele tivesse ido à capital federal para mandar “descer o pau” na turba ignara que se encontrava defronte ao Senado para que a aprovação do candidato indicado ao STF pela presidente Dilma pudesse ocorrer sem sobressalto. Como isso não ocorreu, tudo nos leva a crer que o nosso governador está preparando terreno em Brasília caso seja condenado pela agressão aos professores e o processo atinja a esfera superior.

EDSON MEDARDO SCARCHETTI (bacharel em Teologia) – Londrina

14 MAI 2015

BEMPARANÁ

PMDB não vai orientar voto em Fachin para STF

Medida foi vista como uma maneira de não contrariar o presidente do Senado

A bancada do PMDB do Senado não vai orientar voto a favor ou contrário à indicação do jurista Luiz Fachin a ministro do STF. Oficialmente, o discurso do líder do partido, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), é de que não há como encaminhar uma posição por se tratar de uma votação secreta. Nos bastidores, porém, a medida foi vista como uma maneira de não contrariar publicamente o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que nunca escondeu o seu descontentamento diante do nome escolhido pela presidente Dilma Rousseff. "O voto é secreto, não há como fazer encaminhamento oficial da liderança", afirmou Eunício.

Na avaliação do líder peemedebista, porém, Fachin saiu-se muito bem na sabatina e conseguiu responder a todos os questionamentos que lhe foram dirigidos. Durante a sessão da CCJ, nomes importantes da sigla, como o senador Romero Jucá (RR) e o ex-ministro José Garibaldi Alves, declararam que votariam pela aprovação do indicado à vaga no STF.

Ontem, mesmo após apelos de senadores da base, Renan manteve a posição de só levar o nome de Fachin a plenário na próxima terça-feira, 19. Segundo o peemedebista, ele fixou uma data para mostrar a sua "neutralidade" em relação ao assunto e não ser acusado de escolher um dia

para a votação que pudesse prejudicar o indicado de Dilma.

"Marcamos para terça-feira exatamente para desfazer qualquer conotação em relação à condução do presidente. Porque se você improvisa, se você votar a qualquer hora, qualquer dia, vai sempre aparecer alguém que vai dizer: votou hoje para administrar um quórum menor. Ou que votou antecipadamente para utilizar um quórum maior.", disse.

Além do PMDB, que conta com 17 senadores, outros partidos da base, como o PDT e o PP, também decidiram não fechar questão sobre o assunto. A liderança do PSB também não encaminhou nenhuma posição. Na oposição, o PSDB tem declarado ser contra o nome de Fachin, mas liberou o senador Álvaro Dias (PR) para fazer campanha pelo jurista, já que ambos são do mesmo Estado, o Paraná.

Como esperado, a única bancada que deve votar em peso em Fachin é o PT.

Planalto otimista

No Palácio do Planalto, o governo está otimista com a aprovação em plenário do nome do candidato da presidente Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin. O placar de 20 a 7, em favor de Fachin foi considerado "muito bom" e a expectativa, neste momento, é de que a proporcionalidade se repita em plenário, embora o governo saiba das dificuldades. Apesar de alguns assessores palacianos defenderem que o melhor era que se tivesse votado esta semana em plenário, boa parte dos assessores da presidente acredita que este prazo de uma semana até a votação, dia 19, será benéfico para se "vencer resistências".

14 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Renan garante que será neutro na votação de Fachin

Plenário votará indicação para o STF
na próxima terça



O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), negou nesta quarta-feira (13) estar trabalhando contra a aprovação do advogado Luiz Edson Fachin para o STF (Supremo Tribunal Federal). Ao declarar-se com "total neutralidade" em relação à indicação de Fachin, Renan disse mantém a "isenção" necessária ao presidente da Casa - que vai definir na semana que vem sobre a ida do advogado para o STF.

"Eu sinceramente não farei nada, absolutamente nada, que arranhe a minha condição de neutralidade. A isenção que o presidente do Senado tem que ter. As pessoas ora me colocam como aliado e ora como adversário [de Fachin]. E ora querem me responsabilizar pela aprovação, e ora querem me responsabilizar pela derrota. Eu me coloco firmemente pela neutralidade", afirmou. ■

Temer aprova Fachin

O vice-presidente da República, Michel Temer, disse nesta quarta-feira (13) que o indicado pela presidente Dilma Rousseff para uma vaga no Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin "brilhou" e mostrou "humildade acentuadíssima" na sabatina do Senado. Fachin passou mais de 12 horas respondendo a perguntas de senadores na Comissão de Constituição e Justiça e, ao final, teve o nome aprovado por 20 votos a sete.

14 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

VIOLAÇÕES

Ministério Público Federal também vai investigar repressão no Centro Cívico

Amândia Audi

O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar se houve violações de direitos humanos, por parte do governo estadual, na repressão à manifestação dos servidores no dia 29 de abril. Se for comprovado que houve abuso, a procuradoria pode processar o Estado. A apuração será comandada pela Procura-



MPF pode processar governo estadual se abusos forem comprovados.

doria Regional dos Direitos do Cidadão.

A repressão também está sendo apurada em pelo menos outras três frentes. A Polícia Militar abriu inquérito pra investigar excessos. A Polícia Civil também instalou procedimento interno. E o Ministério

Público do Paraná está em fase de coleta de depoimentos.

De acordo com nota divulgada pela procuradoria, as cenas de violência foram “incompatíveis com a noção de Estado Democrático de Direito”. O trabalho de investigação começará imediatamente.

MAIS UMA SEMANA.....

O governo do Paraná deve demorar pelo menos mais uma semana pra fazer uma oferta de reajuste salarial aos funcionários públicos. A ideia é primeiro saber exatamente quanto o Estado está gastando com a folha de pessoal, informa o blog “Caixa Zero”, do jornalista Rogério Galindo, da *Gazeta do Povo*. A conta vai ser feita com base no balanço quadrimestral do governo. Os dados foram enviados para o Tribunal de Contas nos últimos dias e o governo diz que é preciso esperar a conta oficial pra saber quanto mais se pode gastar. A definição do reajuste é fundamental na negociação com os professores estaduais, que completam hoje 17 dias de greve. Eles dizem que só voltam ao trabalho depois de terem a reposição da inflação garantida. Segundo o sindicato da categoria, isso equivaleria a 8,17%.